

STJ00115972

HUMBERTO LUCCHESI DE CARVALHO
ROBERTO MIGLIO SENA

PRINCÍPIOS DE DIREITO
ADMINISTRATIVO
EVOLUÇÃO, RELEITURA
E PERSPECTIVAS NO
MUNDO PÓS-PANDÊMICO

Belo Horizonte

FÒRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 - Jardim Atlântico - CEP 31710-430
Belo Horizonte - Minas Gerais - Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br - editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C331p Carvalho, Humberto Lucchesi de
Princípios de Direito Administrativo: evolução, releitura e perspectivas
no mundo pós-pandêmico / Humberto Lucchesi de Carvalho, Roberto Miglio
Sena. - Belo Horizonte : Fórum, 2023.

210p. ; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-65-5518-486-0

1. Direito. 2. Direito Público. 2. Direito Administrativo. 3. Direito
Constitucional. 4. Princípios Jurídicos. 5. Princípios de Direito Administrativo. 6.
Administração Pública. 7. Pandemia. I. Título.

2 0 2 3 -
3197

CDD 341
CDU 342

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CARVALHO, Humberto Lucchesi de; SENA, Roberto Miglio. *Princípios de Direito Administrativo: evolução, releitura e perspectivas no mundo pós-pandêmico*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 210p. ISBN 978-65-5518-486-0.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Humberto Lucchesi de Carvalho, Roberto Miglio Sena	11
---	----

CAPÍTULO 1

TEORIA GERAL DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS

(Roberto Sena)	17
1.1 Os princípios em Dworkin	25
1.2 Os princípios em Alexy	29
1.3 Os princípios na doutrina brasileira.....	33

CAPÍTULO 2

VETORES E POSTULADOS DO ORDENAMENTO
JURÍDICO BRASILEIRO

(Humberto Lucchesi)	41
2.1 A necessidade da leitura constitucional do Direito Administrativo	47
2.2 Isonomia	55
2.3 Segurança jurídica.....	63
2.4 Proporcionalidade e razoabilidade	71
2.5 Princípio republicano e elementos fundantes do Estado Democrático de Direito	83
2.6 Dignidade da pessoa humana	88
2.7 Os novos vetores da LINDB trazidos pela Lei nº 13.655/2018.....	98

CAPÍTULO 3

A IMPORTÂNCIA CENTRAL DOS PRINCÍPIOS
ADMINISTRATIVOS CONSTITUCIONAIS

(Roberto Sena)	111
3.1 Legalidade e juridicidade	112
3.2 Impessoalidade.....	124

3.3	Moralidade.....	130
3.4	Publicidade	138
3.5	Eficiência.....	147

CAPÍTULO 4

O PAPEL CONFORMADOR DOS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS

(Humberto Lucchesi).....	155	
4.1	Supremacia do interesse público	155
4.2	Indisponibilidade do interesse público.....	163
4.3	Autotutela.....	165
4.4	Autoexecutoriedade.....	168
4.5	Motivação.....	178
4.6	Continuidade.....	184
4.7	Precisamos de novos princípios? A famigerada proposta da PEC nº 32/2020.....	188
CONCLUSÃO	191	
REFERÊNCIAS.....	197	